



Tribunal de Justiça - UGE 070001
Resolução TC nº 109/2020 - Anexo XXIV
Prestação de Contas - Exercício de 2020

DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção dos Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Procedimentos dos registros contábeis relacionados a receita orçamentária, adequados ao novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP implantados no e-Fisco	Registro das receitas orçamentárias no novo Plano de contas Aplicado ao Setor Público - PCASP implantados no e-Fisco	Diretoria de Contabilidade	01/01/2014	Concluída
Procedimentos dos registros contábeis relacionados a despesa orçamentária, adequados ao novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP implantados no e-Fisco	Registro das despesas orçamentárias no novo Plano de contas Aplicado ao Setor Público - PCASP implantados no e-Fisco	Diretoria de Contabilidade	01/01/2014	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Definição de procedimento para registro do crédito tributário advindo da Taxa de Serviços Notariais ou de Registro - TSNR	Constituição do crédito tributário e cobrança pela SEFAZ-PE	Corregedoria, Diretoria de Contabilidade, Consultoria Jurídica e Secretaria da Fazenda do Estado	31/12/2018	Concluída
Adequação de normativo interno por força de alteração da legislação, contemplando procedimentos para registro dos créditos tributários e não tributários por competência	Normativo Conjunto interno publicado	Diretoria de Contabilidade, Diretoria Financeira, Diretoria de Gestão Funcional, Consultoria Jurídica e Corregedoria	31/12/2021	Em andamento ¹
Desenvolvimento de metodologia de ajuste para perdas referente aos créditos registrados por competência, bem como da dívida ativa	Metodologia de ajuste para perdas	Diretoria de Contabilidade	31/12/2014	Concluída
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Desenvolvimento de metodologia para registro das provisões com folha de pagamento - licença prêmio	Metodologia para cálculo e baixa de provisões sobre folha de pagamento - licença prêmio	Secretaria de Gestão de Pessoas e Diretoria de Contabilidade	31/12/2018	Concluída



Tribunal de Justiça - UGE 070001
Resolução TC nº 109/2020 - Anexo XXIV
Prestação de Contas - Exercício de 2020

DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

Adequação do sistema de folha de pagamento para geração de informações necessárias ao registro de provisões com licença prêmio	Sistema de folha de pagamento adequado para rotina de provisões com licença prêmio	Secretaria de Gestão de Pessoas	31/12/2018	Concluída
Ação	3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas ²			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
-	-	-	-	-
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Revisão dos normativos internos relacionados à gestão patrimonial, em confronto com a legislação Federal e Estadual	Normativo interno revisado e publicado	Diretoria de Infraestrutura	31/12/2021	Em andamento ³
Reconhecimento dos bens móveis	Bens móveis registrados	Diretoria de Infraestrutura e Diretoria de Contabilidade	31/12/2013	Concluída
Reconhecimento dos bens imóveis	Bens imóveis registrados	Diretoria de Infraestrutura e Diretoria de Contabilidade	31/12/2018	Concluída
Definição dos procedimentos de mensuração dos bens móveis	Mensuração dos bens móveis definida	Diretoria de Infraestrutura	31/12/2014	Concluída
Definição dos procedimentos de mensuração dos bens imóveis	Mensuração dos bens imóveis definida	Diretoria de Infraestrutura	31/12/2014	Concluída
Avaliação dos bens móveis	Bens móveis avaliados	Diretoria de Infraestrutura	31/12/2021	Paralisada ⁴
Avaliação dos bens imóveis	Bens Imóveis avaliados	Diretoria de Engenharia e Arquitetura	30/06/2018	Concluída
Realização de inventário dos bens móveis	Bens móveis inventariados	Diretoria de Infraestrutura	01/12/2015	Concluída
Realização de inventário dos bens imóveis	Bens imóveis inventariados	Diretoria de Infraestrutura	31/12/2014	Concluída
Análise dos métodos e taxas de depreciação dos bens móveis e imóveis, definidos no sistema PE-Integrado, adequados ao TJPE.	Método e taxas de depreciação dos bens móveis e imóveis definidos	Diretoria de Infraestrutura e Diretoria de Eng. e Arquitetura	31/12/2018	Concluída
Registro de depreciação dos bens móveis	Bens móveis depreciados	Diretoria de Infraestrutura e Diretoria de Contabilidade	31/12/2021	Em andamento ⁵



Tribunal de Justiça - UGE 070001
Resolução TC nº 109/2020 - Anexo XXIV
Prestação de Contas - Exercício de 2020

DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

Registro de depreciação dos bens imóveis	Bens imóveis depreciados	Diretoria de Infraestrutura e Diretoria de Contabilidade	01/01/2019	Concluída
Implantação no TJPE do sistema informatizado PE-Integrado, módulo gestão patrimonial, interligado ao Sistema e-Fisco Financeiro	Sistema PE-Integrado implantado no TJPE	Secretaria de Administração do TJPE	31/12/2021	Em andamento ⁶
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex. 13º salário, férias, etc)			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Desenvolvimento de metodologia para registro das provisões com folha de pagamento - férias	Metodologia para provisões sobre folha de pagamento - férias	Secretaria de Gestão de Pessoas e Diretoria de Contabilidade	31/12/2013	Concluída
Desenvolvimento de metodologia para registro das provisões com folha de pagamento - 13º salário	Metodologia para provisões sobre folha de pagamento - 13º salário	Secretaria de Gestão de Pessoas e Diretoria de Contabilidade	31/12/2016	Concluída
Adequação do sistema de folha de pagamento para geração de informações necessárias ao registro de provisões com férias	Sistema de folha de pagamento adequado para rotina de provisões com férias	Secretaria de Gestão de Pessoas	31/12/2014	Concluída
Adequação do sistema de folha de pagamento para geração de informações necessárias ao registro de provisões com 13º salário	Sistema de folha de pagamento adequado para rotina de provisões com 13º salário	Secretaria de Gestão de Pessoas	31/12/2016	Concluída
Ação	6.Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Procedimentos para reconhecimento no passivo permanente das obrigações com fornecedores por competência, por meio do Documento Hábil - DH	Registro no passivo permanente das obrigações por competência realizado	Diretoria Financeira e Diretoria de Contabilidade	31/12/2015	Concluída
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência, por meio do Documento Hábil - DH	Passivo com fornecedores registrado por competência	Diretoria Financeira e Diretoria de Contabilidade	31/12/2015	Concluída
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência⁷			



Tribunal de Justiça - UGE 070001
Resolução TC nº 109/2020 - Anexo XXIV
Prestação de Contas - Exercício de 2020

DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
-	-	-	-	-
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, realização e redução ao valor recuperável			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Reconhecimento e mensuração dos bens intangíveis (softwares adquiridos)	Bens intangíveis registrados	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, Diretoria de Infraestrutura e Diretoria de Contabilidade	31/12/2013	Concluída
Registro da amortização dos bens intangíveis, com definição de método e taxa	Bens intangíveis amortizados	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, Diretoria de Infraestrutura e Diretoria de Contabilidade	31/12/2013	Concluída
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP				
Ação	Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Construção do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP a ser implantado no e-Fisco	Plano de contas Aplicado ao Setor Público - PCASP implantado no e-Fisco	Governo do Estado	01/01/2014	Concluída
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP				
Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração das novas demonstrações contábeis	Demonstrações contábeis elaboradas	Diretoria de Contabilidade	31/12/2014	Concluída

¹ Resta pendente a atualização da Instrução Normativa nº 08 de 2005 em função do que dispõe a Lei estadual nº 13.178/2006, que estabelece regras específicas relativas aos créditos não tributários, aguardando as ações decorrentes da reestruturação administrativa do Poder, assim como da adequação do SICAJUD, sistema de arrecadação de custas e taxas judiciais à Lei 17.116/2020 que consolida o regime jurídico da taxa judiciária e das custas processuais devidas ao Poder Judiciário de Pernambuco.

² Não vislumbramos essa ação neste Poder.



Tribunal de Justiça - UGE 070001
Resolução TC nº 109/2020 - Anexo XXIV
Prestação de Contas - Exercício de 2020

DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

³ Resta pendente a análise e publicação de uma minuta de instrução normativa que trata sobre depreciação, avaliação e reavaliação dos bens móveis do TJPE, a ser aplicada ao acervo mobiliário adquirido até 31/12/2010, correspondendo a aproximadamente 68,17% do total de 199.000 bens do Poder, considerando a situação posta na nota 5

⁴ A implementação desta ação depende da publicação da minuta tratada na nota 3.

⁵ A depreciação começou a ser processada no início de 2021 no Sistema de Patrimônio do Poder, tomando por base o período de aquisição dos bens móveis de 01/01/2011 a 31/12/2020. No entanto, em função do tempo médio diário de duas a três horas de processamento para um mês, bem como falhas na execução e, ainda, considerando as dificuldades operacionais agravadas pela crise sanitária ocasionada pela pandemia, a previsão do setor de patrimônio é que até o final de abril o trabalho seja concluso e dessa forma a contabilidade possa começar a evidenciar o fato.

⁶ No TJ, o cadastro dos imóveis foi finalizado ainda no segundo semestre de 2020, no entanto, encontra-se em análise na SAD/PE o Ofício nº 023-2020-DG-TJ de 14/12/2020, recebido em 18/12/2020, objetivando ajustes no sistema. Os demais módulos dependem de definição do cronograma por parte da SAD/PE.

⁷ Não vislumbramos essa ação neste Poder. A Portaria nº 548/15-Secretaria do Tesouro Nacional prevê definição por meio de Ato Normativo específico.

Recife, 16 de março de 2021

Carleide Maria Bezerra
Contadora - CRC/PE nº 019946/O